

O PLANEJAMENTO DE ENSINO DAS PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE IÇARA-SC

TEACHERS' LESSON PLANNING IN THE ADULTS EDUCATION IN A SCHOOL OF THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM OF IÇARA – SC

Diandra Costa Corrêa¹

Mirozete Iolanda Volpato Hanoff²

RESUMO: O presente estudo realiza uma reflexão acerca do planejamento de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de verificar como as professoras dessa modalidade de ensino planejam suas aulas. A investigação ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas com duas professoras que atuam na EJA na rede municipal de educação da cidade de Içara/SC. A análise qualitativa dos dados fundamentou-se em autores como Freire (1989), Libâneo (1993), Luckesi (1994), Vasconcellos (1995; 2000), bem como em Leis Federais. Os resultados apontam para a relevância do ato de planejar na elaboração de práticas educativas. Entretanto, a partir das falas das docentes, percebeu-se a necessidade de um maior aprofundamento em relação ao tema. Cabe, pois, aos gestores da EJA, o desafio de oportunizar um programa de formação continuada para os profissionais que atuam nessa modalidade.

PALAVRAS CHAVE: Planejamento. Educação de jovens e adultos. Professor.

ABSTRACT: The present study reflects about the lesson planning in the Adults Education (known in Brazil as EJA), with the aim of verifying how the teachers of this institution plan their classes. The research was based on semi-structured interviews with two teachers, who teach in the EJA in the municipal education system of Içara/SC. The qualitative analysis was based on authors such as Freire (1989), Libâneo (1993), Luckesi (1994), Vasconcellos (1995; 2000), as well as Federal Laws. The results indicate the relevance of the act of planning in the elaboration of educational practices. However, the teachers' voices allowed observing the need for a thorough understanding of the planning of pedagogical practices. The EJA's managers can take responsibility of providing a continuous formation program for the professionals who teach in this modality.

KEYWORDS: Lesson planning. Adult Education. Teacher.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Unesc - Diandracostacorrea@hotmail.com

² Orientadora Professora da Unesc - Pedagoga. Mvh@unesc.net

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular obrigatório de docência na EJA foi a primeira experiência dessa pesquisadora, com esses público formados por jovens e adultos. Esses estudantes tem especificidades que caracterizam sua condição de não serem mais crianças, de terem sido excluídos da escola e de serem, em sua maioria, trabalhadores.

O interesse pelo tema surgiu nas aulas de Processo Pedagógicos de Educação de Jovens e Adultos, na 6ª fase do curso de pedagogia. No decorrer do semestre, pode-se perceber a responsabilidade em ministrar aulas para a EJA. Nessa perspectiva, a vontade de proporcionar atividades e momentos significativos para os alunos jovens e adultos foi, aos poucos, surgindo na pesquisadora. Os escritos do grande mestre Paulo Freire contribuíram por meio do incentivo à transformação da realidade desses sujeitos a partir de um fazer pedagógico significativo.

Já na 7ª fase, na disciplina de estágio obrigatório, no período de observação na escola campo de estágio, as atividades propostas pela professora aos alunos da EJA eram baseadas na experiência adquirida pela mesma ao longo dos anos de trabalho nos anos iniciais do ensino fundamental. Não foi possível identificar um projeto de trabalho voltado para estes alunos, nas tarefas que os alunos copiavam do quadro e resolviam, as quais eram relacionadas à linguagem oral e escrita e à matemática. A elaboração de tarefas é um fator relevante na elaboração do planejamento, desde que exista intencionalidade no fazer pedagógico do professor, razão pela qual surgiu interesse dessa pesquisa com o intuito de responder o seguinte problema: Como as professoras da EJA planejam suas aulas? Desse modo, esse estudo tem como objetivo geral analisar como as professoras da EJA da rede municipal de Içara/SC planejam suas aulas. Quanto aos objetos específicos, foram estabelecidos: Identificar a importância que as professoras atribuem ao planejamento; questionar acerca dos critérios utilizados para seleção e organização dos conteúdos; e verificar como ocorre o processo de avaliação do planejamento.

Este artigo está subdividido em seções: inicialmente, apresenta-se a introdução; após, o referencial teórico, que se volta para o histórico da EJA; a EJA nas constituições; planejar e

planejamento; planejamento educacional; planejamento na EJA; posteriormente, apresenta-se a metodologia; o perfil das entrevistadas; e a análise de dados; e por fim, a conclusão.

2 HISTÓRICO DA EJA

Durante a colonização do Brasil, as poucas escolas que existiam eram privilégios da classe média e alta. Os filhos dessas famílias possuíam acompanhamento escolar desde a infância. Logo, não havia a necessidade de ensino para os jovens e adultos da época. Os pobres não tinham acesso à educação e, quando tinham, ocorria de forma indireta. Segundo Ghiraldelli Jr (2006, p. 24), a educação brasileira teve seu início com o fim das capitanias. O autor cita que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821) (GHIRALDELLI 2006, p. 24).

O ensino dos jesuítas tinha como objetivo principal transmitir a fé cristã e o conhecimento científico escolar. A educação de jovens e adultos no Brasil no período colonial aconteceu de forma assistemática. Ademais, os métodos jesuíticos permaneceram até o período de Marquês de Pombal com a expulsão dos jesuítas. Pombal organizava as escolas de acordo com o interesse do governo, e, com a chegada da família real no Brasil, a educação perdeu o foco.

2.1 A EJA nas Constituições Brasileiras

A primeira Constituição Brasileira foi aprovada em 1824 e, no seu artigo, 179 afirma: “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). Esse artigo serviu para dar início à escola gratuita no Brasil, promovendo o seu aparecimento nas demais constituições, pois, durante o período imperial, muito pouco ou quase nada foi feito realmente neste aspecto.

De acordo com Soares e Galvão (2005), os adultos analfabetos eram atendidos por entidades filantrópicas e pelo exército. Tal fato se concretizou por meio do ato adicional de Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

1834, o qual entendia o Ensino para Adultos como uma ação filantrópica com a finalidade de “civilizar as camadas populares” (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 260). Os autores referenciados afirmam que a educação dos adultos:

Era dividida em dois setores: os que não sabiam nada e os que já sabiam alguma coisa. O Regimento também previa que as aulas para adultos poderiam ser estabelecidas por professores que, gratuitamente, a isso se propusessem, mediante autorização do Presidente da província. (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 260).

Percebe-se, de acordo com os autores, que, o ensino dos adultos analfabetos, antes da independência do Brasil, ficava a mercê da boa vontade de quem desejasse fazê-lo. Porém, com a conquista da independência do país, instaurou-se em 1981 a nova Constituição, a primeira da república e, nesta, estava escrito “o fim do voto censitário em favor do voto universal, masculino e letrado, a instrução tornou-se condição de direitos políticos, levando o sujeito individual a procura pela educação escolar.” (CURY, 2008, p. 212).

Haddad (2008, p. 109) corrobora a citação anterior quando diz: “a nova constituição republicana estabeleceu também a exclusão de adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento que a maioria da população era iletrada”. Esse impedimento aparece no Artigo 70 do parágrafo 1º, da Constituição de 1981, atribuindo aos adultos analfabetos o não direito a cidadania.

A Constituição de 1934, no artigo 149, reconheceu, pela primeira vez em caráter nacional, a educação como direito de todos e que deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

A Constituição de 1946, por sua vez, no art. 132, manteve a mesma ideia que a de 1891 quando afirma: "Não podem alistar-se eleitores: I - os *analfabetos*; II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional; III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos (Art. 132, grifo da autora)."

Percebe-se ainda, nas constituições republicanas, no que se refere aos adultos analfabetos, a manutenção de um caráter filantrópico e o impedimento da participação na vida política do Brasil, haja vista que lhes era negado o direito ao voto. A Constituição de 1967 mantém a educação para todos e estende a obrigatoriedade até quatorze anos. Após essa idade, surgia o conceito de jovem, que seria referencia para o ensino supletivo.

O ensino supletivo foi implantado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71. Nesta Lei, um capítulo foi dedicado especificamente para o EJA. Em 1974, o MEC propôs a implantação dos CES (Centros de Estudos Supletivos), tais centros tinham influências tecnicistas devido à situação política do país naquele momento (HADDAD, 2000).

A Constituição de 1988, que rege as Leis do País até os dias atuais, abriu caminhos para o público da EJA, ao permitir o direito ao voto das pessoas não alfabetizadas; a garantia do acesso ao ensino fundamental público e gratuito como direito público subjetivo; o desafio da superação do analfabetismo; e o financiamento da educação (CURY, 2002).

A educação brasileira, na última constituição, no artigo 205 passou a ser direito publico subjetivo de todos e obrigação do Estado. Art. 205 – “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). No Art. 208, está explicitado o seguinte:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para *todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria*; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 1988).

O cidadão brasileiro tem direito de exigir, da administração competente, o cumprimento dessa norma, uma vez que é assegurado por norma jurídica. Como se trata de um direito juridicamente protegido, em especial como direito público subjetivo no âmbito do ensino fundamental, “é preciso que ele seja garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) e outros documentos legais que buscam garantir esse direito.” (CURY 2008, p. 296). Somente passados oito anos da

instituição da Constituição de 1988, a última em vigor no Brasil, é que foi promulgada a LDB 9394/96 que vigora até os dias de hoje.

Art. 37 A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL 9394/96).

De acordo com Cury (2002, p. 21), “a prescrição do direito público subjetivo responde como reparação jurídica máxima a um direito negado.” Adquirindo este direito subjetivo, jovens e adultos, homens e mulheres, trabalhadores empregados e desempregados, terão direito, finalmente, a resgatar sua cidadania, frequentando uma escola de EJA.

No artigo 38, estabelece-se a idade mínima para inserção de jovens na EJA, além de ainda considerar o exame supletivo:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, LDB, 9394/96).

A legislação complementar detalha o direito à educação estabelecida na Constituição de 1988, porém nem todos conhecem seus direitos. Cabe ressaltar, no entanto, que, quando a declaração esta inscrita na lei, os sujeitos podem acionar mecanismos para que ela se efetive.

3 PLANEJAMENTO DE ENSINO

O vocábulo “planejamento” faz parte do cotidiano dos professores a partir de suas diversas derivações pertencentes ao campo educacional: Projeto Político Pedagógico, Plano

de ensino, Plano de aula. Planejar significa, segundo o Dicionário Aurélio (2002, p. 635), “tencionar, projetar, elaborar um plano, uma ação.”

Para Sobrinho (1994), o planejamento está associado à organização de uma determinada ação, sendo, nas escolas, essencial para o processo de ensino – aprendizagem. Segundo o autor:

Planejamento é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, na busca da melhoria do funcionamento do sistema educacional. Como processo o planejamento não corre em um momento do ano, mas a cada dia. A realidade educacional é dinâmica. Os problemas, as reivindicações não têm hora nem lugar para se manifestarem. Assim, decide-se a cada dia a cada hora (SOBRINHO, 1994. p. 3).

Para Oliveira (2007), o ato de planejar exige alguns aspectos básicos a serem considerados como: o conhecimento da realidade sobre o que se deseja planejar, as principais necessidades que precisam ser trabalhadas. Para tanto, faz-se necessário realizar um trabalho de diagnóstico da realidade daquilo que se pretende planejar, para, assim, traçar finalidades, metas ou objetivos sobre o que é mais urgente de se trabalhar.

Planejamento é, pois, um processo de organização, ideias, objetivos, recursos, previsões, o qual faz parte de diversas áreas do conhecimento. Ele é fundamental na prática docente, pois, durante o processo de planejamento, o professor consegue refletir e organizar sua prática tanto dentro quanto fora da sala de aula. Portanto, planejar permite prever, em determinada medida, o que irá acontecer e, durante sua realização, cabe, ao professor, pensar nos alunos, partindo de suas realidades para a adaptação dos conteúdos. Segundo Vasconcellos (2000, p. 31), “existem no contexto atual, três grandes linhas de planejamento: a gestão da qualidade total, o planejamento estratégico e o planejamento participativo.” O autor descreve estes planejamentos da seguinte forma: A gestão da qualidade total implica numa forma diferente de ver a empresa em relação ao resto da sociedade, em que é necessário manter um equilíbrio e uma troca de contribuições e recompensas. É um sistema pelo qual todas as pessoas de uma organização, de todos os níveis ou setores, empenham-se vigorosamente nas atividades de controle da qualidade por toda a organização, por meio de métodos e técnicas específicas (VASCONCELLOS, 2000).

O planejamento estratégico inclui atividades que envolvem a definição da missão da organização, o estabelecimento de seus objetivos e o desenvolvimento de estratégias que possibilitem o sucesso das operações no seu ambiente. Ademais, esse processo compreende decisões tomadas pela alta administração, apropriação de muitos recursos, um impacto significativo em longo prazo e a interação da organização com o ambiente externo.

O planejamento participativo, como o próprio nome já diz, refere-se à participação de todas as pessoas para solucionar problemas comuns nos setores das atividades humanas e sociais. Segundo Gandin (2000, p. 13), “fundamenta sua ação na crença de que o melhor para as pessoas é aquilo que essas mesmas pessoas decidiram em seus grupos.” Esse tipo de planejamento permite ao professor realizar trocas, diálogos e interações com seus pares.

De acordo com Vasconcelos (1995), os planejamentos citados acima serviram de base para três concepções do planejamento escolar. São eles: o planejamento tradicional, o planejamento instrumental e o planejamento participativo.

O Planejamento Tradicional era organizado sem o critério de formalização, cabendo, ao professor, a competência de desenvolver apenas as tarefas em sala de aula: “o planejamento pedagógico do professor no sentido tradicional, a rigor, não era bem planejado; era muito mais o estabelecido de um roteiro, que se aplicaria fosse qual fosse a realidade” (VASCONCELLOS, 1995, p. 28).

Quanto ao Planejamento Instrumental, Vasconcelos (1995, p. 30) afirma: “Planejar passou a significar preencher formulários com objetivos educacionais gerais, objetivos instrucionais operacionalizados, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, avaliação de acordo com objetivos, etc.” Esse modelo de planejamento está relacionado com a tendência tecnicista de educação, a qual determina aos professores preencher planilhas.

O Planejamento Participativo, de acordo com Vasconcellos (1995), oportunizou aos professores irem à busca da construção, da participação, do diálogo, do coletivo local à formação de consciência crítica, a partir da reflexão sobre a prática. O planejamento participativo, assim, surgiu para romper com a prática dos planejamentos funcional e normativo, inserindo o professor e a escola no contexto social, o que ficou entendido como “um instrumento de intervenção no real para transformá-lo na direção de uma sociedade mais justa e solidária” (VASCONCELLOS, 1995, p. 31).

Em uma instituição de ensino existem diferentes planejamentos que devem se articular em torno dos mesmos princípios e da mesma visão de conhecimento. Considera-se que o planejamento escolar deve ser estruturado em três níveis: o planejamento da escola, o plano de ensino e o plano de aula (VASCONCELLOS, 2000). O planejamento da escola é o plano integral da instituição, mais conhecido como projeto político pedagógico, é aquele que compreende os objetivos e metas estabelecidas para todas as dimensões escolares, tanto pedagógicas, como administrativas, de recursos humanos, financeiros, e de resultados educacionais.

O plano de ensino constitui-se com os fundamentos e objetivos de cada disciplina. Ele poderá ser alterado ao longo do período conforme transcorrer o processo de ensino e aprendizagem. Um dos requisitos essenciais do planejamento de ensino é “manter-se coerente com as concepções de conhecimento e de currículo. Estas concepções devem constar do Projeto político-Pedagógico da instituição.” (VASCONCELLOS, 2010, p. 98).

Percebe-se que não existe um único caminho para a elaboração do planejamento de ensino, mas a maioria dos autores concorda que ele deve ser composto por caracterização da realidade, objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação, e estes elementos devem estar atrelados ao projeto maior da escola (VASCONCELLOS, 2010).

Para que o planejamento atenda às necessidades do aluno, é preciso, antes de tudo, conhecer a realidade desse sujeito. Vasconcellos (2010, p. 98) ressalta essa concepção quando afirma: “[...] conhecer o aluno e seu ambiente é a primeira etapa do processo de planejamento. É preciso saber quais as aspirações, frustrações, necessidades e possibilidades dos alunos.” Após a realização desse diagnóstico, parte-se para a elaboração dos objetivos educacionais, cuja contribuição caracteriza-se por possibilitar uma direção ao trabalho do professor, apontando os caminhos que devem ser trilhados no sentido de promover o processo de ensino-aprendizagem com qualidade. Os objetivos precisam ir além do conteúdo específico da disciplina, contemplando também habilidades, conhecimentos e atitudes, de modo a permitir a construção da relação entre os conteúdos a serem trabalhados durante a disciplina, além de orientar na seleção das metodologias e dos recursos didáticos a serem utilizados.

Libâneo (1993) classifica os objetivos educacionais em objetivos gerais e específicos. Os objetivos gerais possuem um caráter mais ampliado e cumprem o papel de definir propósitos

educativos que deverão corresponder ao contexto social e ao desenvolvimento do aluno. Os objetivos específicos, por sua vez, estabelecem uma relação muito próxima entre a escola, a sociedade e os conteúdos de ensino. Além disso, procuram definir as intenções do professor sobre os domínios cognitivos, procedimentais e atitudinais, necessários ao desenvolvimento das qualidades humanas.

Quanto aos conteúdos, percebe-se a relevância de possuírem significado e estarem relacionados à história de vida do aluno, suas experiências e motivações, ou seja, “[...] os conteúdos necessários são aqueles que podem ser utilizados na vida cotidiana como meio para a autonomia do sujeito [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 242). Além de serem significativos aos alunos, os conteúdos precisam ter critérios de seleção, serem atuais e atualizados, possibilitando, ademais, a reconstrução da informação a partir das intervenções do aluno. Além desses aspectos, faz-se necessário que façam parte do contexto do aluno, dentro dos limites de tempo e recursos disponíveis (LIBÂNEO, 1993). Na educação de jovens e adultos, os conteúdos devem proporcionar aos alunos o pleno exercício da cidadania, o saber indispensável às suas ações que vão desde desempenhar uma profissão até participar de sua comunidade.

Em se tratando dos métodos, observa-se que sua determinação parte da relação objetivo-conteúdo, correspondendo à sequência de atividades do professor e dos alunos. Objetivos, conteúdos e métodos constituem um triângulo fundamental na compreensão do processo didático, conforme aponta Libâneo (1993, p. 149):

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao “como” do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos. [...] implicam uma sucessão planejada e sistematizada de ações, tanto do professor quanto dos alunos, requerem a utilização de meios.

Portanto, compete ao professor escolher uma metodologia de ensino de forma organizada e adequada, para atingir os objetivos de ensino relacionados a um conteúdo específico, levando em conta as características dos alunos quanto a sua capacidade de aprendizagem.

A avaliação faz parte da ação do professor desde o seu primeiro contato com os alunos. É uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, parte integrante do

processo de desenvolvimento e de construção do aluno, e deve estar diretamente ligada com os objetivos, conteúdo e metodologias propostas no plano de ensino. Para Libâneo (1993, p. 125), “os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias.”

A avaliação educativa é um processo muito complexo que necessita refletir sobre vários conceitos a fim compreender seu verdadeiro significado no processo educativo (BRASIL, 2006). Nesse sentido, avaliar é considerar o que os alunos já sabem sobre o que vai ser tratado na sala de aula, afinal, os novos conhecimentos são construídos a partir dos conhecimentos prévios (BRASIL, 2006). Quando o professor vai conhecendo seus alunos, vai avaliando o que deve priorizar e onde e como deve agir. Essa avaliação prévia, chamada avaliação diagnóstica, indica a direção a seguir. Pensar a avaliação é mais que encontrar meios para dar nota aos alunos, pois possibilita ao docente refletir sua prática, analisando os resultados de suas práticas em sala de aula, de forma organizada e intencional em todas as etapas do planejamento (SACRISTÃ, 1998).

Pode-se dizer que a avaliação cumpre no planejamento de ensino papel imprescindível no sentido de orientar sua realização, garantindo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Ela fornece subsídios também à prática pedagógica do professor e da escola como instituição educativa. É por meio da avaliação que o professor reflete sua própria ação, acompanha o aprendizado do aluno e reorganiza suas aulas, entendendo-as como processo dinâmico, investigativo e contínuo, com vistas a um aprendizado significativo acima de tudo.

3.1 Planejamento na EJA

Quem frequenta a educação de jovens e adultos, na maioria das vezes, são adultos que em algum momento de sua vida frequentaram a educação básica, trazendo consigo um conceito do que é a escola. Baseando-se nisso, alguns esperam encontrar um modelo de escola tradicional, com um professor autoritário e disciplinas rígidas. Essas expectativas exigem muito mais do professor, pois ele precisa desconstruir essa concepção, respeitando as bagagens culturais, os conhecimentos cotidianos e científicos diversos dos alunos.

Nesse contexto, o professor, antes de tudo, necessita conhecer cada um de seus alunos, suas expectativas, dúvidas, curiosidades e necessidades de aprendizagem. Percebemos, dessa forma, a importância de um planejamento pedagógico, uma vez que, por meio dele, o professor consegue definir seus objetivos a curto, médio e longo prazo; prever situações, organizar atividades e até mesmo avaliar o aluno.

Para Henriques (2006), é muito bom que o planejamento não seja elaborado pelo professor sozinho, pois se trata de um processo que oportuniza a interação dele com seus alunos e toda comunidade escolar

Na Educação de Jovens e Adultos, é importante levar em conta que os alunos não têm tempo a perder. Esse dado da realidade exige uma seleção muito criteriosa para privilegiar o que de fato é importante aprender. Quando os professores colocam a serviço dos alunos sua competência e sua disposição para aprender e ensinar juntos, encontram no planejamento um auxiliar para que os alunos consigam aprender e ser mais. (HENRIQUES, 2006, p. 48).

Dentre os diversos conceitos relevantes de planejamento existentes, há que se destacar o planejamento sustentado por Paulo Freire, o planejamento dialógico. Para o autor, o planejamento só cumpre plenamente sua função quando parte de uma leitura da realidade social: “Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e os valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança de transformação.” (FREIRE, 1989, p. 10). Nessa perspectiva, a escola de EJA precisaria acreditar no potencial de transformação social de sua prática. Caso contrário, ela poderá estar fadada ao pessimismo e a descrença em sua força enquanto instituição social.

4 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar como as professoras da EJA da rede municipal de Içara/SC planejam suas aulas. Nesse sentido, a pesquisa é de natureza básica e com abordagem qualitativa buscando interação com a problemática estudada. Segundo Silva (2004, p. 20), a abordagem qualitativa:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave.

Esta pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois, segundo Santos e Santos (2010, p. 20), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Desta forma, a pesquisa em questão irá descrever as características, envolvimento e análise através das respostas das professoras entrevistadas a fim de saber como planejam suas aulas. A coleta de dados foi realizada a partir da pesquisa de campo, que se realizou com duas professoras que atuam na EJA municipal de Içara/SC. Para o levantamento de dados, realizou-se questionário, o qual foi entregue para as professoras para que respondessem e, depois, com um dia pré-estabelecido, recolhido. O critério de escolha das professoras pautou-se no tempo de atuação na EJA, direcionando-se àquelas mais experientes nessa modalidade de ensino.

4.1 Perfil das entrevistadas

O questionário foi aplicado com duas professoras que atuam na EJA municipal de Içara. A Professora A trabalha com a educação de jovens e adultos há cinco anos. A Professora B, por sua vez, há dezoito anos. Ambas são formadas em pedagogia. Enquanto a professora A possui pós-graduação em psicopedagogia e em formação no magistério, e a professora B possui pós-graduação em metodologia. Durante a formação inicial da professora B, não existia ainda a disciplina de jovens e adultos.

4.2 Análise de dados

A presente seção discorrerá acerca da análise dos dados coletados por meio das entrevistas, com vistas a qualificá-los no intuito de responder aos objetivos estabelecidos para o estudo. Com fins didáticos, as nomenclaturas Professora A e Professora B serão empregadas para a referência aos dados.

Sobre o conceito do ato de planejar as professoras assim se manifestaram: “Planejar faz parte do nosso dia a dia como professora, quando planejamos procuramos organizar em busca de ter bons resultados.” (PROFESSORA A); “O planejamento é um roteiro que serve de ajuda para o professor localizar os conteúdos que tem que ser trabalhado em sala de aula.” (PROFESSORA B). Observa-se, nesse sentido, que o ato de planejar, nas falas das entrevistadas, é visto como um roteiro que serve como suporte para o professor. O professor tem autonomia para fazer modificações em seu plano de aula, tendo em vista, atender às necessidades do grupo. Libâneo (1991, p. 78) refere-se ao ato de planejar afirmando que “o plano de aula é função necessária da prática pedagógica, portanto, ele não poderia faltar, já que uma aprendizagem efetiva é a concretização de um plano bem estruturado e corretamente aplicado.” Ao planejar suas aulas, o professor evita a improvisação, e permite que se atinjam os objetivos explícitos em seu plano de aula. Desta forma, o plano de aula é concebido como um plano de atividades que serão desenvolvidas durante a aula, previamente elaborado, de acordo com um programa para cada ciclo ou faixa etária.

Vasconcellos (2000, p. 89) corrobora: “Um plano deve ser flexível, isto é, permitir algumas alterações de acordo com a variação do interesse dos alunos e, conseqüentemente, da sua motivação, sem maiores prejuízos para a aprendizagem.” Há, ainda, a necessidade de estar organizado de forma coerente, atendendo os objetivos a serem alcançados.

Quando questionadas sobre a importância do planejamento na EJA, as docentes expressaram-se afirmando: “Acho muito importante, o planejamento é fundamental para o processo ensino/aprendizagem.” (Professora A); “Sim, considero, muito importante é a organização do trabalho do professor e deve sempre que possível levar em conta a realidade dos alunos.” (Professora B). Percebe-se que as professoras foram unânimes ao afirmar sobre a importância da realização do planejamento. A justificativa está direcionada à oportunidade que ele oportuniza ao profissional de ensino da EJA para uma completa visão sobre formas e conteúdos a serem trabalhados nas aulas. É a partir do planejamento que é possível encontrar caminhos para a efetivação dos princípios pedagógicos assumidos. O plano de aula é a mediação entre aquilo que se pensa teoricamente ser a educação e o ensino, e a realidade concreta, como afirma Luckesi (1998, p. 168): “Para planejar torna-se necessário ter presentes

todos os princípios pedagógicos a serem operacionalizados, de tal forma que sejam dimensionados para que se efetivem na realidade educativa.”

Quando questionadas sobre a forma de planejar o ensino na EJA, as duas professoras afirmam que planejam suas aulas semanalmente: “Planejo sozinha, em casa e sinto muito dificuldade em adequar a quantidade de conteúdo em tão pouco tempo.” (PROFESSORA A); “Na maioria das vezes, eu planejo sozinha, pois tenho que dar conta dos conteúdos que estão no planejamento geral da EJA.” (PROFESSORA B). Percebe-se que a maior preocupação das professoras está na quantidade dos conteúdos e no cumprimento do mesmo durante o semestre. Apenas a Professora B mencionou pesquisar os conteúdos no plano de ensino. De acordo com Libâneo (1993, p. 198), “entendendo que o plano de ensino deve ser referência para o professor elaborar seu plano diário, o mesmo precisa ser consultado sempre que o professor for elaborar seu plano de aula, pois nele estão os conteúdos e os objetivos das matérias.”

Questionadas em relação à realização do diagnóstico das necessidades dos alunos para a elaboração do planejamento, as professoras responderam: “Sim, dentro dos conteúdos pré-estabelecidos, tento buscar a melhor forma de atender a necessidade da turma.” (PROFESSORA A); “Algumas vezes parto dos interesses dos alunos, mas na maioria das vezes, tenho que cumprir conteúdos e prazos já estabelecidos.” (PROFESSORA B). Observa-se, pois, o reconhecimento da necessidade de planejar ouvindo as necessidades dos seus alunos. Por outro lado, alegam que por conta de ter que cumprir os conteúdos curriculares pré-estabelecidos não conseguem atender as necessidades dos alunos que aparecem nos diagnósticos realizados pelas mesmas. Entende-se que os conteúdos que aparecem elencados nos documentos oficiais para a EJA devem ser respeitados, entretanto, segundo Libâneo (1993), de acordo com objetivos elaborados no planejamento, os professores podem escolher os conteúdos baseados em critérios de validade, flexibilidade, utilidade, e que tenha significado para seus alunos.

Em relação à avaliação do planejamento, as docentes afirmam: “Considero o meu planejamento “satisfatório”, pois não é elaborado totalmente atendendo as necessidades reais.” (PROFESSORA A); “Sempre acho que está precisando melhorar.” (PROFESSORA B). O momento da avaliação, em termos de ação docente, deve ter por função qualificar o fazer

pedagógico do professor, possibilitando uma reflexão sobre suas ações em relação à aprendizagem dos alunos. De acordo com Luckesi (1998, p. 42), “ao avaliar seu fazer pedagógico, o professor deve exigir-se, pois, isso é um comprometimento político, entendendo-se o ensinar como criar condições para que o aluno aprenda.” Seguindo o raciocínio do autor, o professor que estiver disposto em dar um novo sentido para sua prática deverá estar preocupado em redefinir ou em definir os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, como todos nós sabemos.

Quando questionadas sobre os elementos que compõem o planejamento e como articulam os mesmos na elaboração dos seus planos, as duas professoras responderam a pergunta (relacionada aos componentes do planejamento): “Conteúdos, objetivos, procedimentos de ensino, recursos de ensino e avaliação.” (PROFESSORA A); “Conteúdos, metodologia, estratégias e avaliação.” (PROFESSORA B). O Planejamento é uma atividade consciente e sistemática. Nele deve estar explícito a aprendizagem ou o estudo dos alunos sob a direção do professor. De acordo com Vasconcellos (2010), um planejamento de ensino deverá prever: objetivos, conteúdos, procedimentos, recursos e avaliação, elementos estes, que segundo o autor devem estar interligados para alcançar os objetivos traçados.

As professoras questionadas responderam citando estes elementos como parte do planejamento, porém a Professora B, não colocou “os objetivos” como parte do seu planejamento. Para Vasconcellos (2010, p. 158): “O objetivo, é a descrição clara do que se pretende alcançar como resultado da nossa atividade.” Os objetivos devem contemplar a comunidade, a família, a escola, o professor e os alunos e devem ser organizados para desenvolver os aspectos do conhecimento, habilidades e atitudes com a finalidade de oportunizar ao aluno uma formação integral (VASCONCELLOS, 2010).

Sobre como articulam os elementos do planejamento nas suas práticas pedagógicas no dia a dia, apenas a Professora A respondeu assim dizendo: “Utilizo os conteúdos que aparecem nos livros da EJA e sempre que possível tento trazer para a realidade dos alunos. Procuro também manter um clima de amizade e carinho para com eles.”

Quanto à escolha e o desenvolvimento dos conteúdos nas escolas da EJA, Brasil (2006) pontua que devem ser considerados os conhecimentos que a humanidade acumulou durante sua história - informações, dados, fatos, princípios e conceitos – como também

atitudes e comportamentos. O professor deve seguir alguns critérios na escolha dos conteúdos como: “ter validade; ter significado; possibilitar a reflexão; ser flexível; ter utilidade e ser viável.” (BRASIL, 2006, p. 34), não podendo esquecer que os conteúdos mais importantes são sempre aqueles que venham responder as necessidades dos estudantes da EJA.

Sobre como trabalhar estes conhecimentos com os alunos da educação de jovens e adultos, Brasil (2006, p. 37) afirma: “Para alguns autores, as condições que melhor favorecem a aprendizagem são aquelas que criam entre alunos e professores um clima de afetividade e estima etc. Para outros, são os procedimentos didáticos que garantem a aprendizagem.” O elemento afetivo entra, assim, no processo ensino aprendizagem. Mas é importante que o professor saiba definir seus objetivos, selecionar os conteúdos, utilizar boas metodologias de ensino e avaliar constantemente seus alunos, para transformar a aprendizagem num processo significativo e eficiente. É necessário lembrar que todo planejamento escolar está sustentado numa concepção de educação, e na EJA mais especificamente, acontece num determinado contexto sócio- econômico e cultural e envolve indivíduos de uma classe social bem definida na sociedade.

Sobre como realizam a avaliação na EJA, somente a Professora A respondeu: “Registro os progressos e as dificuldades dos alunos, escuto suas respostas, avalio a participação nas aulas e faço também um exercício/prova para poder avaliar melhor meus alunos.” Conforme Brasil (2006), o processo de aprender exige um acompanhar atento sobre o que vai acontecendo com alunos e professores. Assim, a avaliação continuada vai mostrando as facilidades e as dificuldades que estão ocorrendo com os alunos e com os professores: “A avaliação continuada ajuda o (a) professor (a) a rever os procedimentos que vem utilizando e a replanejar sua atuação buscando novas alternativas de ação.” (BRASIL, 2006, p. 18).

De acordo com Vasconcelos (2006) e Brasil (2006), existem diferentes encaminhamentos que ajudam o professor a avaliar o seu trabalho. Alguns deles são: a observação, a escuta, o registro, a prova, entre outros. Os autores concordam também que o professor deve selecionar o instrumento de avaliação coerente com os objetivos propostos para a atividade. Segundo Luckesi (1998), quando a abordagem acerca da avaliação recai sobre a Educação de Jovens e Adultos, fica impossível não praticar uma avaliação dialógica,

até porque um dos fundamentos da EJA é proporcionar ao indivíduo a formação de sua consciência crítica numa perspectiva educacional de aprendizagem contínua.

O referencial teórico aponta, pois, que o planejamento de ensino, além organizar o trabalho escolar, constitui-se de vários elementos interligados entre si, cuja finalidade é atingir as metas e objetivos elaborados de forma consciente e intencional. O objetivo principal é a aprendizagem do aluno, associado as suas experiências sociais e de vida como cidadão, em constante processo de construção de sua identidade e autonomia.

5 CONCLUSÃO

As informações obtidas durante todo o processo da pesquisa possibilitaram a reflexão sobre o verdadeiro conceito do planejamento, mostrando que esse instrumento é essencial para a prática dos professores, constituindo-se como uma prática que fundamenta a aprendizagem efetiva dos alunos. Sabemos que nesse processo os professores têm que agir com intencionalidade pedagógica, organizando as aulas de maneira consciente, criativa e interativa, utilizando o que é necessário para produzir a aprendizagem dos seus alunos.

Com base na análise de dados coletados nas entrevistas, evidenciamos que as professoras que atuam nos anos iniciais em uma escola da EJA, têm conhecimento da necessidade e importância do planejamento como parte da prática educativa, porém, percebemos que o entendimento do processo de um planejamento participativo, ainda não é muito compreendido pelas professoras.

Ficou demonstrado nas respostas que as professoras pesquisadas buscam atender as necessidades dos alunos, mas, em nenhum momento se referiram a realidade histórica e cultural dos alunos e suas conseqüentes diversidades. Sabemos que é necessário que o professor saiba utilizar estratégias, valorizando o processo coletivo da aprendizagem que leva a uma interatividade, proporcionando um ambiente inovador no processo ensino aprendizagem.

Este trabalho de pesquisa nos levou a concluir que o planejamento de ensino deve ser uma ferramenta construída junto com o aluno e para o aluno. Ao planejar o ensino na EJA, o professor elabora atividades interessantes, desafiadoras, não podendo esquecer-se de

considerar os fatores sociais na elaboração dos objetivos, conteúdos, métodos e avaliação, por meio de uma ação consciente e responsável, refletindo criticamente sobre o sentido e o significado das aprendizagens para aquele grupo específico de alunos.

Todavia, á partir das vozes das docentes, percebeu-se a necessidade de um maior aprofundamento em relação ao tema. Cabe, pois, aos gestores da EJA, o desafio de oportunizar um programa de formação continuada, sobre a importância de um planejamento participativo para os profissionais que atuam nessa modalidade.

6 REFERÊNCIAS:

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. **Constituições Brasileiras**. Brasília, Centro de documentação e informação, 2005.

_____. Constituição, de 5 de outubro de 1988. **Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais Nº 1/92 a 15/96 e emendas constitucionais de revisão Nº 1 a 6/94**. Brasília, Subsecretaria de edições técnicas: Senado Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação MEC. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos**: alunas e alunos da EJA. Brasília: SECAD, 2006. 50 p.

_____. Senado Federal. **Constituições brasileiras**: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, 1988. Brasília: Senado Federal, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema nacional de educação: Desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187- 1209, set./dez. 2008 1187. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CURY, Carlos Jamil. **Direito à educação**: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. Cadernos de Pesquisa-Fundação Carlos Chagas. Campinas: Autores Associados, nº.116, p. 245-262, 2002.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.2, p.321-337, jul./dez. 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 3, nº2, julho/dezembro 2019.– Curso de Pedagogia – UNESC

- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 2000.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- HADDAD, Sérgio; XIMENES, Salomão. A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB: um olhar passados dez anos. In: **LDB dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. BRZEZINSKI, Iria (Org.). São Paulo: Cortez, 2008. p. 130 – 148
- LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 1993.
- _____. **Didática**. São Paulo, Editora Cortez, 1991.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **A avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar**: Currículo-Área-Aula. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 159 p.
- OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.
- SACRISTÃ, J. Gimeno. GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa.- 4. ed. Porto Alegre - RS: Artmed, 1998.
- SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Luís: UemaNet, 2010. 67 p.
- SILVA, Cassandra Ribeiro de O. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**. Fortaleza, Ed. Vozes, 2004.
- SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Histórias e Memórias da educação no Brasil**: Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2005.
- SOBRINHO, J. **Reflexões sobre os planos decenais municipais de educação**. São Paulo: Ed. Vozes, 1994.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2000.